

Director: ALBERTO DE ARAUJO
Propriedade da Imp. do Diário de Notícias Lda.
Administração e Oficinas de Comp. e Imp.
Rua da Alfândega, 3
Telefone 32 — Teleg.: «Notícias»
Editor — O DIRECTOR

Diário de Notícias

INDEPENDENTE

LISBOA, 28. — O sr. Presidente da República, General Craveiro Lopes, janta na Embaixada Britânica, a convite do Embaixador Nigel Ronald, no dia da coroação da Rainha Elizabeth. — L.

Ciclo de conferências ministeriais sobre o Plano de Fomento
O discurso do Sr. Dr. Oliveira Salazar

LISBOA, 28. — O sr. Presidente do Conselho pronunciou, hoje, a anunciada conferência no salão do Secretariado Nacional de Informação, para inauguração do ciclo de conferências ministeriais sobre o Plano de Fomento.

Presidiu o Chefe do Estado, estando presentes os membros do Governo e entidades civis e militares. — L.

LISBOA, 28. — Discurso do Sr. Presidente do Conselho, Dr. Oliveira Salazar, proferido no Teatro do Palácio Foz:

«Senhor Presidente — achou-se vantagem em a exposição do Plano de Fomento, a cuja abertura Vossa Excelência vai proceder dentro de pouco, fosse por assim dizer enquadrada num ciclo de conferências em que os oradores viessem desvendar-lhe os principais aspectos e recordar os problemas que suscita a sua execução. O meu recato tem sido que se considere o plano acabado e findo sem ter de causar mais preocupações desde que o Governo o elaborou e as Câmaras o estudaram, discutiram e aprovaram, depois de longa apreciação. Isso foi só acender uma luz e iluminar um caminho que tem agora de ser percorrido com esforço perseverante e no meio de não poucas dificuldades e sacrifícios. Assim, as conferências a cargo de alguns dos membros do Governo mais directamente responsabilizados pelos trabalhos do Plano destinam-se a manter a opinião pública desperta e, porque não dizer, simpática, em face do trabalho que, nos próximos seis anos, absorveram muitas das nossas energias e a maior parte dos recursos disponíveis da economia nacional.

Parece-me necessário que a Nação viva esse Plano na sua inteligência, no seu coração e na sua carne, quero dizer na perfeita compreensão do que ele significa para a comunidade, na aceitação consciente do que representa como tarefa colectiva e do que há de exigir de imaginação criadora, os trabalhos no gabinete e no campo, incómodos e renúncias, disciplinas individuais e colectivas, para se realizar. Com tal finalidade, estas conferências têm forçosamente de se despendem dos altos problemas da técnica para se confinarem na apresentação das principais questões políticas, económicas e financeiras que o Plano enfrenta e dos resultados que visa. Eu, nem mesmo, isso tenho de fazer, cabendo-me iniciar a série com uma espécie de introdução podia, a dizer a verdade, ficar-me por aqui, mas visto que estou e tiveram o incómodo de vir falarem, genericamente embora, dos princípios e pressupostos do Plano, ou seja das suas grandes linhas de orientação e estrutura, do seu enquadramento no conjunto das aspirações e necessidades da vida portuguesa e das condições que se anteviram como necessárias para se cumprir.

Tudo farei ou tudo quereria fazer por forma tão directa e em linguagem tão simples que não houvesse um português que não pudesse compreender. A necessidade de planos na administração e na economia, é filha da grandeza e complexidade das tarefas colectivas que os aumentos demográficos e os altos níveis de vida das populações impõem aos Estados modernos. Referi as causas económico-sociais mais, por vezes, a necessidade política de atingir determinados objectivos em prazos certos está, também, na raiz do mesmo fenómeno. Por seu lado, estes planos tornaram-se possíveis desde que, ao mesmo tempo e pelas mesmas causas, muitas actividades privadas se vão quadrando por evolução natural ou imposição política em formas ou processos colectivos de agri. A convulsão é pois que um benefício intervenционismo estadual que tem fatalmente de ser aqui admitido. Que não existissem estas razões profundas haveria, para nós, sempre a vantagem de corrigir desmandos de imaginação, moderar desejos irreflectidos e disciplinar a nossa actividade.

Somos afortunados, por conhecido modo de ser, a construir sobre entusiasmos efêmeros e a abandonar por outras tarefas mal começadas. Ora, na obra em que nos empenhamos há que ir substituindo, nos hábitos gerais, a improvisação pelo estudo, a volubilidade no sentir pela fidelidade a um programa. Acabada a vigência da lei de reconstituição económica, a necessidade e as vantagens de um Plano de Fomento estão fora de discussão. O Plano de Fomento foi elaborado, tendo como base e ponto de partida o cômputo das disponibilidades financeiras do Estado e de Instituições públicas ou particulares que podiam ser-lhe affectas.

Normalmente estudam-se as necessidades que seriam, as maiores aspirações

que se defendem, as obras e empreendimentos que as háo-de satisfazer ligam-se pelas suas interdependências, ajustam-se pelos prazos de execução e nasce um plano. Os custos entram no juízo do rendimento possível, mas as coberturas são, nesse todo, uma conclusão e não uma premissa. Não trabalhamos assim.

Embora um quarto de século de finanças bem equilibradas e de saldos de contas pudesse justificar algumas ousadias, a regularidade administrativa e a estabilidade financeira continuam ainda a ser a melhor base da reconstrução nacional e o uso, quase exclusivo, de meios próprios, como se tem visto, é medida salutar para o reforço da nossa independência política. Uma pressão demasiada sobre a economia interna, como a criação artificial de meios de pagamento, atenuariam uma estabilidade monetária e um equilíbrio social, que temos a peito defender, e o recurso excessivo ao crédito externo, como adiante direi, nem seria conforme à certeza e precariedade das condições mundiais, nem à salvaguarda dos nossos melhores interesses. Com estes critérios se chegou, em todo o caso, à cifra de 13 milhões e meio de contos, importância enorme, embora insuficiente para as nossas necessidades e, certamente, acabada para as nossas ambições. Alguns, que taxaram a prudência, de estreiteza de espírito, lamentarão a falta de horizontes na concepção do plano e, cansados de repassar pelos dedos os seus pobres escudos, acharão estes milhões uma quantia perfeitamente mesquinha. Estes 13 a 14 milhões de contos aparecem distribuídos em partes quase iguais pela Metrópole e pelo Ultramar e, tanto aqui como lá, rectos em somas substanciais, que de um lado a circular e de outro as indústrias, nas quais se englobam a produção de energia e os transportes.

Embora os planos de fomento não sejam uma novidade no Ultramar, pois nas grandes províncias, como Angola, e é esta já habituada a trabalhar dentro de planos aprovados para certo número de anos, é a primeira vez que se tenta uma sistematização de recursos metropolitanos e ultramarinos e se faz um estudo conjunto e coordenado das aplicações mais urgentes.

O Acto Colonial teve por objectivo primário um esforço de reivindicação nacionalizadora que o povo português compreendeu em toda a sua profundidade e alcance.

Em obediência aos novos princípios, a política ultramarina cuidou-se cimentar a unidade moral e acreditar a coordenação das economias ou mau grado os atritos inevitáveis de alguns interesses, e trabalha-se de modo que um dia se atinja a sua possível integração.

Aquela entidade moral, que por tão claras formas se afirma entre o Continente, as Ilhas e o Ultramar, não assumiria todo o seu valor senão garantindo uma bem coesa unidade política e a Nação Portuguesa, assim considerada na dispersa vastidão do seu território, deve tender a constituir, cada vez mais perfeitamente uma unidade económica. Quer dizer a formar no espaço português uma economia nacional.

As dificuldades que se depaenam a este movimento, filhas de hábitos mentais nossos ou alheios e de muitos interesses, que terão dificuldade em compreender, têm de ser vencidas pacientemente, mas com tenacidade e clarividência. Dá-se agora mais um passo muito grande, a meu ver, e não se pode estranhar que o trabalho de coordenação não seja ainda perfeito nem, por vezes, com a ligação entre alguns melhoramentos projectados e os resultados do conjunto. Ficam muitas em aberto e há obras sem ligação aparente com finalidade geral. Não vale a pena atentar, nessas coisas secundárias que umas vezes são exigências da vida local, naturalmente dotada de certa autonomia, e outras a necessidade de atender a conveniências que não são só nacionais: Angola e Moçambique, por exemplo, têm de considerar como um dos grandes objectivos das suas comunicações, servir para os males das ligações da África Central. Mas o que, sobretudo, importa é a fidelidade ao mesmo pensamento e os passos em frente na mes-

ma direcção.

É evidente que no estado actual do desenvolvimento ultramarino, não se pode contar apenas com os recursos das Províncias para os investimentos necessários. Além dos que ali se possam formar e fiquem livres do desenvolvimento natural das empresas tem de recorrer-se aos capitais metropolitanos ou aos que possam conseguir-se no estrangeiro, com ou sem intervenção do Governo. Os recursos metropolitanos serão, por ora, quase só os do Estado, ou os que este mobilize, e os de Instituições quase públicas. A educação que há-de fazer-se de os capitais particulares disponíveis tomarem, com frequência e normalidade, o rumo ultramarino levará seu tempo. Entretanto, e porque também não existem aqui para todas as necessidades, nenhuma dúvida pode existir de que capitais estrangeiros terão, cá e lá, possibilidades de colocação. Os que o Governo utilize têm a sua disciplina política e jurídica e não suscitam por isso dificuldades especiais. Quanto a outros são convenientes algumas palavras de esclarecimento.

Muitos países no Mundo precisam de capitais estrangeiros para se desenvolverem e o caso não é específico dos territórios coloniais; outros têm excedentes de capitais que desejariam colocar no exterior. Isto não é uma novidade; novidade é a sua relativa escassez de estranhar e o tratamento a que, por muitas partes, têm sido submetidos nos últimos tempos.

Diz-se que as feridas de dinheiro são as mais fáceis de curar. O dito, aplicado a matéria, significa que as economias altamente industrializadas têm grande poder recuperador, e se, portanto curadas as feridas da guerra, não houver que despendar em preparativos da defesa as somas que no momento se lhe destinam, dentro de pouco haverá de novo capitais em abundância em busca de colocação. O essencial é definir as condições em que podem ou devem trabalhar.

Nós estamos a viver uma época de transição ou de crise em que os fenómenos não são redutíveis ao mesmo esquema e em que se entrecrocam com rara violência, princípios e sistemas contraditórios. Assim é o nacionalismo. Ao mesmo tempo que este irrompe, com rejuvenescido vigor, em larguíssimas manchas do Mundo, trabalha-se noutras partes na transposição sistemática de problemas nacionais para o plano internacional — ou por convicção de ser mais excelente o sistema, ou para obter temperar as dificuldades que a mim se me afiguram restritas e acidentais. Observados atentamente os esforços e resultados, parece dever concluir-se que são, até ao presente, modestos.

Nada me custa a crer que o Mundo transcenda o homem e que o homem não tenha capacidade para ver certos problemas em plano mundial; mas mesmo que a possuísse ou venha a possuir, haverá sempre que encontrar o terreno de conciliação entre o internacionalismo e a vida ordenada em moldes nacionais.

Por mim continuo convencido de que a Nação é a fórmula de organização das sociedades humanas que melhor corresponde ao seu estado actual, e ainda por muitos séculos, no futuro, a de que melhores e mais rápidos resultados se obteriam da estreita cooperação entre as nações na sua fusão ou confusão geral. Se, e tal a nossa convicção, entendemos simplificar por nossa parte os problemas, desejando que a Nação constitua, o melhor que puder, ser uma unidade económica, esta não tem de ser autárquica e pode, completar-se com outras economias complementares. Mas convém para melhor ordenamento das relações internacionais, que seja um todo e tenha unidade de direcção.

A questão, vista agora sob o aspecto da imigração de capitais, reduz-se apenas à seguinte exigência: a integração das actividades que alimentam a economia nacional, embora pelos seus rendimentos ou recuperação continuem integrantes nas economias onde provieram.

Mal se calcula o que adviria para a paz do Mundo e para a facilidade das relações económicas e políticas entre os Estados, se este princípio tão simples fosse geralmente observado. Por outro lado, seria trágico para as sociedades modernas se se tivesse de concluir que o imperialismo económico é a única forma de defender a existência do capital.

Na estranha confusão de ideias que vai pelo Mundo, e enquanto não aclararmos as

(Continua na 3.ª página)

28 de Maio

Revestiram particular brilhantismo as comemorações ontem celebradas na MADEIRA

Na Madalena do Mar foi ontem inaugurado o Bairro Económico

com a presença do elemento oficial e no meio do maior entusiasmo popular

Conforme havíamos anunciado, realizou-se ontem, pouco depois das 11 horas, a cerimónia da inauguração oficial do Bairro Económico da Madalena do Mar, a qual teve a presença das autoridades superiores do Distrito e decorreu num ambiente de grande entusiasmo.

Toda a população da Madalena do Mar, mas especialmente os moradores do novo bairro, puderam ver ontem, como sempre aliás, quanto a governação pública se interessa pelos problemas que mais directamente beneficiam as populações. Por isso, o entusiasmo do povo daquela ridente freguesia, o ar de festa que esta apresentava para receber as entidades oficiais e ao aclamá-las, mostrou a sua gratidão ao Governo do Estado Novo, ao seu Chefe e grande obreiro do ressurgimento nacional Dr. Oliveira Salazar.

Quem sabe dos grandes estragos causados pelas últimas encurradas na Madalena do Mar, as quais reduziram famílias inteiras à mais extrema miséria, pode avaliar realmente do enorme benefício que representa para as classes pobres daquela localidade a construção, como agora aconteceu, de um bloco de moradias, confortáveis e com os indispensáveis requisitos de higiene, graças à proficua acção da Câmara Municipal da Ponta do Sol.

Por isso, o regozijo de todos. E, como já acentuámos, não só o regozijo mas também o entusiasmo, a gratidão dos beneficiados com as novas moradias — que era grande e que se manifestava na expressão, nas atitudes de todos.

As entidades do Funchal embarcaram num «gasolina», para aquela freguesia, às 8,45 horas. Seguiram os srs. dr. João de Gouveia, Governador Substituto do Distrito, Eng. António Teixeira de Sousa, Presidente da Junta Geral, Dr. Agostinho Cardoso, Presidente da Comissão Distrital da União Nacional, Dr. Adolfo de Sousa Brazão, Inspector de Saúde, Eng. Sena Lino, Director da Junta Au-

Imprensa local «Voz da Madeira»

Dirigido pelo ilustre homem de letras sr. Dr. Horácio Bento de Gouveia, tendo como chefe da redacção o talentoso jornalista sr. Amândio Rodrigues, apareceu ontem o primeiro número da «Voz da Madeira», novo semanário de feição, simultaneamente, regional e nacionalista. Quer pelo seu valor doutrinário, quer pela superioridade dos seus títulos, quer ainda pelo seu aspecto gráfico, o novo semanário representa um esforço probo e sério que honra todos quantos contribuíram para o seu aparecimento.

No seu magnífico editorial, definem-se os objectivos da «Voz da Madeira», que se propõe servir a Nação e a nossa terra. Aos que há anos trabalham devotadamente na imprensa muito grato lhes é constatar o aparecimento de um novo jornal, animado pelo mais alto idealismo e dirigido por alguém que dá todas as garantias de servir os princípios nacionalistas e defender, ao mesmo tempo, as legítimas aspirações da Madeira.

A Comissão Distrital da União Nacional, na pessoa do seu ilustre presidente sr. Dr. Agostinho Cardoso, ao director e redactores da «Voz da Madeira» dirigiu as nossas felicitações, formulando votos pela longa vida do novo jornal.

«A Tribuna»

Apareceu ontem mais um número do semanário nacionalista: «A Tribuna», em comemoração do 28 de Maio.

Ao seu ilustre director — sr. Dr. Manuel Gouveia e Freitas — a quem a actual situação política deve um conjunto de valiosos e dedicados serviços — o «Diário de Notícias» dirige os seus cumprimentos pelo aparecimento de mais um número de «A Tribuna».

tónoma dos Portos, Eng. Amaro da Costa, Presidente da Comissão Administrativa dos Aproveitamentos Hidráulicos, João Evangelista Bazenga, Director de Finanças, Eng. Maurílio Ferraz, Director dos Serviços de Agricultura da Junta Geral, Joaquim Moreira, Delegado da Junta Nacional do Vinho, Dr. João Baptista da Costa Mendes, Adjunto da Intendência de Pecuária, Eng. Félix do Amaral, Coronel Eduardo Santos Pereira, Comandante da Legião Portuguesa, Eng. Carvalho da Silva, Delegado da Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, Eng. Ricardo Graça, Director-Geral de Combustíveis, Eng. Mariano de Carvalho, Eng. Costa Macedo, da Direcção-Geral de Combustíveis, Eng. Jaime de Ornelas Camacho, assistente técnico das Câmaras Municipais do Distrito, Eng. Fernando Ribeiro Pereira, representantes da Imprensa e repórteres fotográficos.

Por ocasião da chegada de S. Exclcia. o Governador Substituto do Distrito e demais entidades à Madalena do Mar, às 10,40 h., ouviu-se uma salva de morteiros. Momentos depois efectuava-se o desembarque na praia. Ali aguardavam a chegada das entidades idas do Funchal os srs. Presidente, vice-presidente e vogais do Município pontasolense, respectivamente, Dr. Agostinho Gonçalves

Por iniciativa da Junta Geral A inauguração da Casa-Museu «César Gomes»

Constituiu uma cerimónia brilhantíssima o acto inaugural da Casa-Museu «César Gomes», notável iniciativa da Junta Geral do Distrito.

Cerca das 21 horas começaram a reunir-se na Quinta das Cruzes, entidades oficiais, figuras mais salientes do nosso meio social e muitas senhoras.

A inauguração, que foi presidida pelo sr. Dr. João de Gouveia, ilustre Governador Substituto, em exercício, fez-se eram exactamente 21,30 horas.

Por essa ocasião o sr. Eng. António Teixeira de Sousa, ilustre Presidente da Junta Geral do Distrito, proferiu o seguinte discurso:

«Apenas uma explicação prévia. Não vamos assistir a uma cerimónia inaugural, mas simplesmente proceder à abertura desta Casa-Museu «César Gomes», ainda em organização, dando ao público a possibilidade de observar as peças de mobiliário e outros artigos aqui expostos.

Deve-se ao esforço, à persistência e aos conhecimentos artísticos de César Gomes, conservador desta Casa-Museu, a possibilidade de reunir um conjunto de peças de apreciável valor. E de esperar que esta Casa-Museu, desenvolvendo-se e ampliando-se venha a constituir um notável repositório e um núcleo onde, porventura, venham a convergir as principais actividades artísticas da Madeira. Sente-se a necessidade de conjugar os esforços que se manifestam e as dedicações que se revelam, para imprimir uma certa orientação e concluir pela definição da directriz que deve ser dada a um conjunto tão complexo e difícil de congregar.

O arranjo que provisoriamente foi dado, deve-se principalmente aos srs. Drs. José Leite Monteiro e Frederico de Freitas que juntamente com os srs. Dr. Angelo Silva, Padre Eduardo Pereira, Prof. Basto Machado e João Maria Henriques constituem a comissão organizadora. No ano de 1946 a Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal tituló, com César Filipe Gomes, um contrato pelo qual este cedia à Junta a sua colecção de arte e antiguidades com a condição de a Junta instalar na Quinta das Cruzes, um Museu de Arte.

A Junta Geral — então da presidência do Dr. João Abel de Freitas e tendo como vogais os Drs. Angelo Silva e Francisco Correia Figueira — diligenciou e

de Canha, Henriques Waldemar de Freitas, Artur Vieira da Luz e Alfredo Pires; dr. José Ramos, Presidente da Comissão Concelhia da União Nacional da Ponta do Sol; dr. João Vieira da Luz, advogado e notário e vice-presidente daquele organismo político no mesmo concelho; dr. António Pita de Macedo, Delegado de Saúde na Ponta do Sol; dr. Manuel Varela, director do Centro Sanitário da Madalena; Pe. João Vieira Caetano, vigário da Ponta do Sol; Pe. Teófilo Rafael Afonso, coadjutor da mesma paróquia; Joaquim Sequeira Cabrita, Presidente do Patronato da Ponta do Sol; dr. Virgílio Varela, chefe da secretaria Judicial daquela Comarca; Francisco João de Ornelas, chefe da Secretaria da Câmara Municipal do concelho; Orlando Pires, chefe da secção de Finanças; Ventura José Raul dos Santos, Presidente da Comissão de Assistência da Madalena do Mar; Pe. Luis Afonso Gonçalves de Freitas, pároco da localidade; Raimundo da Silva Nascimento, Ambrósio Pereira, Arsénio Rodrigues Coelho e muitas outras pessoas de destaque na freguesia, das quais nos não foi possível tomar nota, além de muito povo. Após os cumprimentos às autoridades superiores do Distrito, a Banda Municipal da Ponta do Sol executou o Hino da Maria da Fonte.

As crianças das escolas ofereceram lindos ramos de flores aos srs. dr. João de Gouveia, Eng. António Teixeira de Sousa, Dr. Agostinho Gonçalves de Canha e Pe. Vieira Caetano. Ali víamos também os legionários do Núcleo da Ponta do Sol, postados em duas alas, em guarda-de-honra.

Enquanto as dignas autoridades se encaminhavam para o novo Bairro Económico, ouviam-se saudações e palmas do povo que se aglomerava no caminho marginal.

O caminho e arredores deste bloco de

(Continua na 4.ª página)

Deve-se ao velho ourives César Gomes a magnífica coleção de excelentes peças de mobiliário, talas, porcelanas, jóias, casquinhas, cristais, gravuras, pinturas e esculturas que agora figuram na Casa-Museu com o seu nome.

Com o valioso apoio da Junta Geral do Distrito do Funchal, à qual César Gomes cedera, em 1946, a sua coleção de objectos de arte e antiguidades com a condição de ser instalada na Quinta das Cruzes um Museu de Arte, concretizou-se assim uma iniciativa magnífica de bela projecção no movimento artístico da nossa terra. Neste momento é justo salientar a actividade da comissão encarregada de proceder aos trabalhos de organização do Casa-Museu, composta pelos srs. Drs. José Leite Monteiro, Dr. Frederico de Freitas, Dr. Angelo Silva, Pe. Eduardo Pereira, Prof. Basto Machado e João Maria Henriques.

A coleção de César Gomes serviu de base ao Museu. Mas, posteriormente, foram adquiridas várias peças de grande valor artístico.

Que vemos no andar térreo do edifício? Mobiliário de antigas épocas; velhos armários que pertenceram a conventos já extintos na Madeira; contadores portugueses, hispano-árabes, indo-portugueses e outros feitos nesta ilha. E também cerâmicas diversas, objectos de cobre e latão.

Nas nove dependências do andar nobre admira-se mobiliário especialmente inglês, dos períodos Chipendale e Hepplewhite. E pratos, porcelanas (européias e orientais) cristais, jóias, tapetes, casquinhas prendem também a atenção do visitante.

Belos trabalhos de pintura e de escultura completam o conjunto de singular e valiosas esculturas.

(Continua na 4.ª página)